

Dupar
Participações S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas da
Dupar Participações S.A.
Fortaleza – Ceará

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Dupar Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Dupar Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2018 a Companhia registrou integralmente o montante de R\$ 32.030 mil referente a imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, referentes a exercícios anteriores a 1º de janeiro de 2017, no balanço patrimonial do exercício corrente, em contrapartida à reserva de retenção de lucros, no patrimônio líquido, sem ter sido efetuada a retificação dos valores correspondentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e aos saldos iniciais em 1º de janeiro de 2017, conforme requerido pelo CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, o passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos estava diminuído e a reserva de lucro em 31 de dezembro de 2017 estava aumentado em R\$ 32.030 mil, líquido dos efeitos tributários. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do exercício corrente inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do exercício corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Dupar Participações S.A., de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo

Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 20 de Janeiro de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 S-CE



Eliardo Araújo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Dupar Participações S.A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2018	2017
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	111	14.185	Fornecedores		462	1.121
Contas a receber de clientes	5	3.631	3.354	Empréstimos e financiamentos	13	21.753	35.606
Outros créditos		1.593	4.190	Imposto de renda e contribuição social		1.948	1.813
Bens disponíveis para venda	6	3.450	2.697	Obrigações fiscais e sociais		6.742	6.721
Total do ativo circulante		8.785	24.426	Contas a pagar a partes relacionadas	7	20.011	10.569
				Dividendos a pagar	7	12.172	12.644
				Total do passivo circulante		63.088	68.474
Não circulante				Não circulante			
Investimentos	8	20.343	24.283	Empréstimos e financiamentos	13	23.938	41.963
Outros investimentos	9	18.549	13.416	Imposto de renda e contribuição social diferidos	11	137.479	105.449
Propriedades para investimento	10	733.819	734.861	Adiantamento para futuro aumento de capital	7	19.267	52.048
Imobilizado	12	47.396	46.490	Total do passivo não circulante		180.684	199.460
Intangível		3	1	Patrimônio líquido	14		
Total do ativo não circulante		820.110	819.051	Capital social		470.000	430.000
				Retenção de lucros		115.123	145.543
				Total do patrimônio líquido		585.123	575.543
Total do ativo		828.895	843.477	Total do passivo e patrimônio líquido		828.895	843.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dupar Participações S.A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017
Receita líquida	15	61.290	63.456
Custos dos serviços prestados	16	<u>(1.813)</u>	<u>(1.698)</u>
Lucro bruto		<u>59.477</u>	<u>61.758</u>
Despesas tributárias	16	(346)	(1.372)
Equivalência patrimonial	8	60	2.098
Depreciação e amortização		(3)	(3)
Outras despesas operacionais, líquidas	16	<u>(11.722)</u>	<u>(1.910)</u>
Lucro antes do resultado financeiro e impostos		<u>47.466</u>	<u>60.571</u>
Receitas financeiras	17	2.752	16.603
Despesas financeiras	17	<u>(10.151)</u>	<u>(24.050)</u>
Resultado financeiro, líquido	17	<u>(7.399)</u>	<u>(7.447)</u>
Resultado antes da contribuição social e do imposto de renda		<u>40.067</u>	<u>53.124</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	18	<u>(7.870)</u>	<u>(7.832)</u>
Lucro líquido do exercício		<u><u>32.197</u></u>	<u><u>45.292</u></u>
Resultado por ação			
Resultado por ação básico e diluído (em R\$)		<u><u>0,069</u></u>	<u><u>0,105</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dupar Participações S.A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Lucro líquido do exercício	32.197	45.292
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>32.197</u></u>	<u><u>45.292</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dupar Participações S.A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Reservas de lucros					Total do patrimônio líquido
	Capital social	A realizar	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2017	292.000	128.810	12.695	-	-	433.505
Aumento de capital (Nota 15)	138.000	-	-	-	-	138.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	45.292	45.292
Reserva legal	-	-	2.265	-	(2.265)	-
Reserva de lucros a realizar	-	1.773	-	-	(1.773)	-
Dividendos	-	-	-	-	(41.254)	(41.254)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	430.000	130.583	14.960	-	-	575.543
Aumento de capital (Nota 14)	40.000	-	-	-	-	40.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	32.197	32.197
Reserva legal	-	1.610	-	-	(1.610)	-
Dividendos	-	-	-	-	(30.587)	(30.587)
Retificação de erro (Nota 14)	-	(32.030)	-	-	-	(32.030)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	470.000	100.163	14.960	-	-	585.123

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dupar Participações S.A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	32.197	45.292
<i>Ajustes para reconciliar o lucro líquido do exercício:</i>		
Depreciações e amortizações	3	3
Equivalência patrimonial	(60)	(2.098)
Atualização Outros Investimentos	(670)	
Variação cambial	3.955	(1.438)
Juros incorridos sobre empréstimos e financiamentos	3.042	3.951
Valor justos das operações com derivativos - <i>swaps</i>	2.350	5.003
Imposto de renda e contribuição social corrente	7.870	7.832
	<u>48.687</u>	<u>58.545</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(277)	10.777
Outros créditos	2.598	1.142
Fornecedores	(659)	(1.354)
Obrigações fiscais e sociais	21	(2.345)
Contas a pagar a partes relacionadas	11.762	-
Outras contas a pagar	-	10.569
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>62.132</u>	<u>77.334</u>
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(9.273)	(5.822)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.735)	(5.416)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>45.124</u>	<u>66.096</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Investimentos adquiridos	(1.121)	-
Investimentos alienados	5.121	
Outros investimentos	(4.463)	(11.766)
Aquisições de bens disponíveis para venda	(1.111)	
Alienação de bens disponíveis para venda	2.480	-
Aquisição de imobilizado	(3.229)	(8.253)
Aquisição de intangível	(2)	
Aquisição de propriedade para investimento	(1.080)	(1.530)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(3.405)</u>	<u>(21.549)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	-	72.852
Amortização de empréstimos e financiamentos	(31.952)	(121.376)
Liquidação das operações com derivativos - <i>swaps</i>	-	(3.561)
Adiantamento para futuro aumento de capital	299	49.308
Dividendos pagos	(24.140)	(28.610)
Fluxo de caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(55.793)</u>	<u>(31.387)</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.074)</u>	<u>13.160</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Saldo no início do exercício	14.185	1.025
Saldo no final do exercício	<u>111</u>	<u>14.185</u>
Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u>(14.074)</u>	<u>13.160</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Dupar Participações S.A. (“Companhia”) foi constituída em 25 de julho de 2008 e tem por objetivo: a) a administração de bens próprios e/ou de terceiros, sua locação e arrendamento; b) a participação em outras empresas, na qualidade de quotista, acionista, consorciada, condômina, dentre outras; c) a administração de carteira de ações próprias ou de terceiros; e d) a prestação de serviços de assessoria empresarial e elaboração de projetos.

A Companhia tem sede administrativa e foro jurídico no município de Fortaleza, estado do Ceará na Rua Senador Pompeu, 1520.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 20 de janeiro de 2020.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das propriedades para investimentos que são mensuradas pelo valor justo.

2.3 Base para consolidação

Companhia detém participação direta em 31 de dezembro de 2018 e 2017 nas seguintes empresas:

Empresa	% de participação em	
	2018	2017
Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A	54,00%	54,00%
Biomátika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A	50,00%	50,00%
Pax Corretora de Seguros Ltda.	60,00%	60,00%
Lauto Cargo Transporte Rodoviário S.A.	47,50%	47,50%
Memori Soluções Funerárias S.A	20,00%	-
Sollis Soluções Integradas a Saúde S.A	-	19,92%

Apesar da Companhia possuir controle nas empresas Pax Corretora de Seguros Ltda e Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A, em virtude da imaterialidade dos saldos nas controladas, optou-se por não apresentar os saldos consolidados. Veja abaixo:

Empresa	Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A 2018	Pax Corretora de Seguros Ltda 2018
Ativo	1.715	209
Passivo	1.483	46
Patrimônio Líquido	232	163
Resultado	(87)	132

Não temos o controle dos demais investimentos, sendo esses calculados via equivalência patrimonial.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5 Uso de estimativas e julgamentos

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos críticos. A Administração da Empresa não identificou a existência de informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir:

Valor justo dos bens disponíveis para venda

A Companhia mensura os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

Valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo. Para as propriedades para investimento, o avaliador utilizou a técnica de avaliação do método Direto Comparativo de Dados de Mercado, segundo prevê o item 9.2 da NBR 14.653 da ABNT, sendo determinado através de pesquisa de mercado junto a imóveis comparáveis em oferta na microrregião, adicionalmente método de fluxo de caixa descontado, quando da falta de dados comparáveis de mercado, dada a natureza das propriedades.

Mensuração do valor justo

A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Questões significativas de avaliação são reportadas à Administração da Companhia.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa 11 – Propriedades para investimento.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas em detalhes abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) *Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento*

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

b. Propriedades para investimento

A propriedade para investimento é inicialmente mensurada pelo custo e subsequentemente ao valor justo, sendo que quaisquer alterações no valor justo são reconhecidas no resultado.

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil do item) são reconhecidos no resultado.

Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

c. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou,
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

d. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

e. Imposto de renda e contribuição social

(i) Impostos correntes

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

(ii) *Impostos diferidos*

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

f. *Distribuição de lucros*

A proposta de distribuição de lucros efetuada pela Administração da Companhia é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos a pagar”, por ser considerada uma obrigação legal prevista no contrato social da Companhia.

g. *Receita operacional*

(i) *Receita de serviços - aluguel de propriedades para investimentos*

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

h. *Receitas financeiras e despesas financeiras*

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros, variações monetárias e variações cambiais. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos

3.1 *Mudanças nas principais políticas contábeis*

A Empresa aplicou inicialmente o CPC 47 e o CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras.

Devido ao método de transição escolhido pela Empresa na aplicação dessas normas, as informações comparativas dessas demonstrações contábeis não foram reapresentadas para refletir os requerimentos das novas normas.

O efeito da aplicação inicial dessas normas é atribuído principalmente ao seguinte:

a. CPC 48 Instrumentos financeiros

O CPC 48 Instrumentos financeiros, estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos para comprar ou vender itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Classificação - Ativos financeiros

O CPC 48 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

Com base na sua avaliação, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de contas a receber e empréstimos.

Redução no valor recuperável (Impairment) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O CPC 48 substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

A mensuração das perdas de crédito esperadas para a vida inteira se aplica se o risco de crédito de um ativo financeiro na data base tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, e a mensuração de perda de crédito de 12 meses se aplica se o risco não tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial. Uma entidade pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não tenha aumentado significativamente se o ativo tiver baixo risco de crédito na data base. No entanto, a mensuração de perdas de crédito esperadas para a vida inteira sempre se aplica para contas a receber de clientes e ativos contratuais sem um componente de financiamento significativo; a Companhia optou por aplicar esta política também para contas a receber de clientes.

Com base em características comuns de risco de crédito, como classificação de risco de crédito, região e indústria, a Companhia acredita que as perdas por redução ao valor recuperável não deverão aumentar e tornar-se mais voláteis para os ativos no modelo do CPC 48.

Classificação - Passivos financeiros

O CPC 48 retém grande parte dos requerimentos para a classificação de passivos financeiros.

De acordo com o CPC 48, as alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- O valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentado em ORA; e
- O valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

A avaliação preliminar da Companhia não indicou qualquer impacto material na classificação dos passivos financeiros em 1º de janeiro de 2018.

A tabela a seguir explica as categorias de mensuração originais no CPC 38 e as novas categorias de mensuração do CPC 48 para cada classe de ativos e passivos financeiros da Empresa em 1º de janeiro de 2018 (Consolidado):

Ativos conforme o balanço patrimonial	CPC 38	CPC 48	Saldo 01/01/2018
Contas a receber	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	3.354
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado	14.185
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	1.121
Contas a pagar a partes relacionadas	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	10.569
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Outros passivos financeiros	77.569
Dividendos a pagar	Outos passivos financeiroa	Outros passivos financeiros	12.644

b. CPC 47 Receita de contrato com cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substituiu o CPC 30 - Receitas e interpretações relacionadas. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Determinar o momento da transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Empresa adotou o CPC 47 com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018. Além disso, os requerimentos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados às informações comparativas.

O CPC 47/IFRS 15 não teve um impacto significativo nas políticas contábeis da Empresa com relação ao reconhecimento da receita.

c. Arrendamentos

Novas normas referente a arrendamentos alterarão as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A nova norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 e introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Além disso, a natureza das despesas relacionadas com esses contratos de arrendamento agora vai mudar, a nova norma substitui a despesa linear de arrendamento operacional com um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2018	2017
Bancos	1	1
Aplicações financeiras	110	14.184
Total	111	14.185

As aplicações financeiras de curto prazo são mantidas em instituições financeiras de primeira linha e possuem baixo risco de crédito. São remuneradas à taxa média de 100% do Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) e estão disponíveis para utilização imediata sem perda de rendimento. Estas operações possuem vencimento inferior a três meses da data de contratação e por atenderem aos requisitos no CPC 03, foram classificadas como equivalentes de caixa.

5 Contas a receber de clientes

	2018	2017
Aluguéis a receber	1.461	1.184
Imóveis vendidos a receber	2.170	2.170
Total	3.631	3.354

6 Bens disponíveis para venda

A Companhia reclassifica parte de seus terrenos e imóveis para o circulante de acordo com a respectiva intenção de venda. A seguir apresentamos os saldos dos terrenos e imóveis a comercializar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reclassificações de propriedades para investimentos	Baixas	Saldo em 31/12/2018
Pontos comerciais	2.697	-	1.122	(1.480)	2.339
Imóveis Residenciais	-	1.111	1.000	(1.000)	1.111
Total	2.697	1.111	2.122	(2.480)	3.450

Em 2018, o imóvel situado na Av. Mutirão, 2.000 esquina com Av. T8, Bairro Setor Bueno, Goiânia - GO no valor de R\$ 1.480 foi vendido.

A Companhia adquiriu o imóvel residencial com o objetivo de venda, de partes não relacionadas, situado na Rua Acilon Gonçalves Pinto, 420 Eusébio – CE no valor de R\$ 1.111.

7 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, assim como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas.

Partes relacionadas	Natureza da operação	2018			2017		
		Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Contas a receber							
Renda Participações S.A. Empreendimentos Pague Menos S.A.	Imóveis e aluguéis a receber	3.621	-	-	2.170	-	-
	Aluguéis a receber	-	-	61.492	1.089	-	64.434
Outros créditos							
Renda Participações S.A.	Outros créditos	-	-	-	1.511	-	-
Outras contas a receber							
Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A.	Adiantamento	-	-	-	1.200	-	-
Fornecedores							
Renda Participações S.A.	Consultoria	-	-	-	-	60	-
Pax Investimentos Ltda.	Consultoria	-	-	295	-	-	295
Contas a pagar a partes relacionadas (i)							
Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A.	Adiantamento	-	(1.200)	-	-	-	-
Empreendimentos Pague Menos S.A.	Compra de aeronave	-	8.249	-	-	10.569	-
	Adiantamento e outros	-	12.962	-	-	-	-
Dividendos a pagar (ii)							
Acionistas	Lucros a distribuir	-	12.172	-	-	12.644	-
Adiantamento para futuro aumento de capital (iii)							
Acionistas	AFAC	-	19.267	-	-	52.048	-

(i) Contas a pagar a partes relacionadas

Os saldos de contas a pagar à parte relacionada Empreendimentos Pague Menos S/A decorre de operações de compras de aeronave e adiantamento de aluguéis.

(ii) Dividendos a pagar

Os dividendos referentes ao lucro de 2018 foram distribuídos no montante de R\$ 30.587. Sendo o valor de R\$ 6.919 destinado como aumento de capital e R\$ 24.140 foi pago no exercício de 2018, restando R\$ 12.172 em dividendos a pagar na data-base.

(iii) **Adiantamento para futuro aumento de capital**

O montante de R\$ 32.569 de adiantamento para aumento de capital foi integralizado em 04 de junho de 2018 pelo acionista Francisco Deusmar de Queirós. O restante será convertido em 2020.

8 Investimentos em coligadas

A movimentação dos investimentos em coligadas e controladas da Companhia está demonstrado a seguir:

Descrição	Participação no capital	Saldo em 31/12/2017	Aquisição de Investimento	Baixas de Investimentos	Equivalência Patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A	54,00%	519	-	-	-	519
Biomátika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A	50,00%	2.791	-	-	1.040	3.831
Pax Corretora de Seguros Ltda	60,00%	30	-	-	-	30
Lauto Cargo Transporte Rodoviários S.A	47,50%	15.943	-	-	(980)	14.963
Sollis Soluções Integradas a Saúde S.A (*)	19,92%	5.000	121	(5.121)	-	-
MEMORI Soluções Funerárias S.A	20,00%	-	1.000	-	-	1.000
		24.283	1.121	(5.121)	60	20.343

Empresa	Participação no capital	Saldo em 31/12/2016	Aquisição de investimento	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A.	54,00%	519	-	-	519
Biomátika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A.	50,00%	3.032	-	(241)	2.791
Pax Corretora de Seguros Ltda.	60,00%	30	-	-	30
Lauto Cargo Transporte Rodoviário S.A.	47,50%	13.604	-	2.339	15.943
Sollis – Soluções integradas a saúde S.A.	19,92%	5.000	-	-	5.000
		22.185	-	2.098	24.283

- (a) Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A. - Opera como correspondente bancário, em unidades próprias ou de terceiros, na forma como disciplinada pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e regulamentada pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
- (b) Biomatika Indústria e Comércio de Produtos Naturais S.A. - Tem como objetivo principal a fabricação de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal. A Companhia detém 50% de participação, porém o controle pertence a outra parte.
- (c) Pax Corretora de Seguros Ltda. – Tem como objetivo operar com corretagem de seguros de todos os ramos, capitalizações, planos previdenciários, de saúde e fianças locatícias.
- (d) L’auto Cargo Transporte Rodoviário S.A. – É uma coligada da Comaphnia e tem como objetivo principal o transporte rodoviário de cargas em geral. A Companhia detém 47,50% de participação.
- (e) Memori Soluções Funerárias S.A. - Tem como objetivo principal a comercialização e administração de planos e serviços de assistência funerária.

- (f) Sollis Soluções Integradas a Saúde S.A. – Em 5 de novembro de 2018, a Dupar Participações S.A. Formalizou a venda totalitária de sua participação acionária na) Sollis Soluções Integradas a Saúde S.A, nos seguintes termos: 68.182 (sessenta e oito mil, cento e oitenta e duas) ações ordinárias, nominativas, a serem rateadas proporcionalmente à participação relativa de cada um dos acionistas remanescentes, pelo valor de R\$ 1,00 (um real).

Apesar da Companhia possuir controle das empresas Pax Corretora de Seguros Ltda. e Pague Menos Gerenciadora de Serviços S.A., em virtude da imaterialidade dos saldos nas controladas, optou-se por não apresentar os saldos consolidados.

9 Outros investimentos

A Companhia, conforme “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, subscreveu 10.000.000 (dez milhões) de debêntures mandatoriamente conversíveis em ações na FAE Sistemas de Medição S.A., com o valor nominal unitário de R\$1,00 (um real), no valor total de R\$10.000. As debêntures foram emitidas em 15 de maio de 2017 por intermédio de subscrição privada, com prazo de 5 anos, anualmente corrigidos por uma taxa de juros à razão de 120% da variação acumulada das taxas médias dos Depósitos Interfinanceiros. Em 15 de maio de 2018 o valor de R\$ 3.000 foi creditado na Companhia, passando a registrar o saldo atualizado de R\$ 15.133 em 31 de dezembro de 2018.

A Dupar é sócia participante da empresa Universo PET II SCP, tendo aportado R\$ 3.416 em duas tranches (1ª tranche no valor de R\$ 1.650; e 2ª tranche no valor de R\$ 1.766, perfazendo 41,18% de participação). O objeto da empresa é a realização de investimentos financeiros na Universo Pet Comércio de Produtos e Serviços Veterinários S.A, mediante a aquisição de Debêntures Conversíveis em Ação. A totalidade das debêntures em circulação será, obrigatória e automaticamente, convertida em ações ordinárias nominativas de emissão da Universo Pet Comércio de Produtos e Serviços Veterinários S.A.. Após a conversão da totalidade das Debêntures de 1ª Emissão e 2ª Emissão, a exclusivo critério dos debenturistas.

Em 31 de Outubro de 2019 a Universo PET II SCP converteu a totalidade das debêntures em ações do Universo PET S.A., conforme divulgamos em nota explicativa de eventos subsequentes.

10 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento incluem uma série de terrenos e imóveis para fins comerciais e/ou residenciais que são arrendados a terceiros. A seguir apresentamos a movimentação dos saldos de propriedades para investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os quais são avaliados a valor justo, conforme informado na Nota 3:

a. Movimentação dos saldos de propriedade para investimento

Descrição	Saldo em 31/12/2017	Adições	Reclassificações	Saldo em 31/12/2018
			para bens disponíveis para venda	
Terrenos	2.680	-	-	2.680
Galpões	137.353	-	-	137.353
Pontos Comerciais	589.622	1.080	(2.122)	588.580
Pontos residenciais	5.206	-	-	5.206
	<u>734.861</u>	<u>1.080</u>	<u>(2.122)</u>	<u>733.819</u>

b. Mensuração do valor justo

Técnicas de avaliação e inputs não observáveis

O valor justo das propriedades para investimento foi determinada por avaliadores imobiliários externos independentes, com qualificação profissional adequada e reconhecida, e experiência recente na localidade e na categoria da propriedade que está sendo avaliada. Os avaliadores independentes fornecem o valor justo da carteira das propriedades para investimento anualmente.

Técnica de avaliação	Inputs significativos não observáveis	Relacionamento entre inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo
Utilizou a técnica de avaliação do método Direto Comparativo de Dados de Mercado, segundo prevê o item 9.2 da NBR 14.653 da ABNT, sendo determinado através de pesquisa de mercado junto a imóveis comparáveis em oferta na microrregião.	R\$/m ² dos imóveis comparativos por região.	O valor justo estimado aumentaria (reduziria) se os preços de oferta dos imóveis utilizados para fins comparativos estiverem subavaliado ou superavaliado perante ao Mercado.

Hierarquia do valor justo

A mensuração do valor justo de todas as propriedades para investimento foram classificadas como Nível 3.

11 Imposto de renda e contribuição social diferidos

O valor de R\$ 105.449 registrado de imposto de renda e contribuição social diferidos passivo, refere-se, a avaliação de valor justo dos saldos de propriedade para investimento efetuada em 2016, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Valor justo das propriedades para investimentos[A]	404.420	404.420
Imposto de renda pessoa jurídica - 15%*[A] = [B]	60.663	60.663
Adicional de Imposto de renda pessoa jurídica – 10%*[A] = [C]	40.418	40.418
Total de Imposto de renda pessoa jurídica [B]+[C] = [D]	101.081	101.081
Base de Contribuição social sobre lucro líquido [A]=[E]	404.420	404.420
Contribuição social sobre lucro líquido – 9%*[E] = [F] (vida nota explicativa 14.a)	36.398	4.368
Imposto de renda e construção social diferidos = [D] + [F]	137.479	105.449

12 Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía em seu ativo imobilizado 2 (duas) aeronaves no valor de R\$ 47.385.

	%	Saldo em			Saldo em
	Depreciação	31/12/2017	Adições	Depreciações	31/12/2018
Imobilizado					
Móveis, Utensílios e Instalações Comerciais		4	-	-	4
Equipamentos de Informática	10% a.a	-	10	(3)	7
Aeronaves		46.486	899	-	47.385
		46.490	909	(3)	47.396

Não houve baixas nem transferências ao longo dos exercícios findos em 2018 e 2017.

13 Empréstimos e financiamentos

a. Composição da conta

Banco	Tipo	Índice	Taxa de juros	2018	2017
Bradesco	Capital de giro	CDI	1,98% a.a.	9.752	13.173
Itaú	Capital de giro em US\$	-	3,99% a.a.	23.274	30.014
Santander	Capital de giro	CDI	1,79% a.a.	-	5.621
Santander	FRN	CDI	1,92% a.a.	12.665	19.448
Santander	4131 x swap US\$xCDI	CDI	1,82%-1,85% a.a.	-	9.313
Total de financiamentos e empréstimos				45.691	77.569
Total dos financiamentos e empréstimos - circulante				21.753	35.606
Total dos financiamentos e empréstimos - não circulante				23.938	41.963

A Companhia realiza captações em moeda estrangeira na modalidade “4131”, sobre as quais incidem juros pré-fixados. Com o objetivo de proteger sua exposição cambial, a Companhia contratou operações de “swap”. Maiores detalhes estão divulgados na Nota 20.

b. Movimentação da conta

Saldo em 1º de janeiro de 2017	127.960
Captação de financiamentos e empréstimos	72.852
Juros incorridos	3.951
Amortização de principal e juros	(127.198)
Variações cambiais	(1.438)
Alterações no valor justo dos passivos financeiros-swaps	5.003
Liquidação da operações com derivativos-swaps	(3.561)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	77.569
Captação de financiamentos e empréstimos	-
Juros incorridos	3.042
Amortização de principal e juros	(41.225)
Variações cambiais	3.955
Alterações no valor justo dos passivos financeiros-swaps	2.350
Saldo em 31 de dezembro de 2018	45.691

c. Cronograma

	31/12/2018	31/12/2017
Vencimentos		
2018	-	35.606
2019	21.753	21.239
2020	23.938	20.724
	<hr/>	<hr/>
Total	<u>45.691</u>	<u>77.569</u>

14 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2018 e 2017, no valor de R\$ 470.000 e R\$ 430.000, representado respectivamente por um total de 470.000.000 e 430.000.000 ações sem valor nominal.

Em 04 de junho de 2018 através de Assembleia Geral Extraordinária foi aprovado aumento de capital em R\$ 40.000 passando o capital social de R\$ 430.000 para R\$ 470.000 mediante saldos existentes de Adiantamento para futuro aumento de capital.

Desta forma, o capital social da Dupar Participações S.A. fica assim distribuído:

	2018	2017
Francisco Deusmar de Queirós	15%	15%
Maria Auricélia Alves de Queirós	15%	15%
Rosilândia Maria Alves de Queirós Lima	15%	15%
Carlos Henrique Alves de Queirós	15%	15%
Patriciana Maria de Queirós Rodrigues	15%	15%
Mário Henrique Alves de Queirós	15%	15%
Josué Ubiranilson Alves	10%	10%

Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial inclui os ajustes por adoção do valor justo de propriedades para investimentos na data de transição para as práticas contábeis internacionais. Os valores registrados em ajuste de avaliação patrimonial são realizados em contrapartida da conta de lucros acumulados, integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 31 de dezembro 2017 e 2016, o valor de R\$ 404.420 se refere à mensuração a valor justo de propriedades para investimentos. Tal valor foi registrado em conta de Lucros (prejuízos) acumulados.

Lucro básico e diluído por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017, e a respectiva quantidade média de ações ordinárias em circulação, conforme o quadro abaixo:

	2018	2017
Lucro líquido do exercício atribuível aos acionistas	32.197	45.292
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício (lote de mil)	470.000	430.000
Resultado por ação básico e diluído - R\$	0,069	0,105

Distribuição de lucros

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo anual mínimo obrigatório aos acionistas, não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido apurado no exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, bem como a possibilidade de crédito aos acionistas na forma de juros sobre capital próprio, com observância dos limites previstos em Lei.

As remunerações aos acionistas referentes ao exercício de 2018 e 2017 foram distribuídas sob forma de dividendos conforme previsto em estatuto social da Companhia e de acordo com os limites estabelecidos pela Lei nº 9.249/95.

A distribuição de dividendos através dos juros sobre capital próprio já contempla o mínimo obrigatório, conforme demonstrado a seguir:

A distribuição de dividendos foi aprovada em Assembléia Geral Ordinária para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 considerando o pagamento de R\$24.140 (2017: R\$28.610).

	2018	2017
Lucro líquido	32.197	45.292
(-) Reserva legal	(1.610)	(2.265)
(-) Reserva de lucros a realizar	-	(1.773)
	<hr/>	<hr/>
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	30.587	41.254
Dividendos mínimos obrigatórios	25%	25%
	<hr/>	<hr/>
Dividendo anual - mínimo obrigatório	7.647	10.314
Dividendo anual - excedente ao mínimo obrigatório	22.940	30.940
	<hr/>	<hr/>
Dividendo total distribuído	30.587	41.254

a. Retificação de erro

A Companhia divulgou em suas demonstrações financeiras de 2017 o valor de R\$ 105.449 de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, porém identificou que a alíquota presumida para cálculo do imposto apurado sobre o ganho de capital do valor justo das propriedades para investimento foi aplicada erroneamente. Consequentemente, o passivo relacionado foi registrado a menor em R\$ 32.030 mil. Os erros foram corrigidos na apresentação da demonstração financeira de 2018, sendo que o saldo passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 137.479 e a diferença foi reconhecida diretamente na Reserva de lucros no Patrimônio líquido.

A Companhia não efetuou a reapresentação do saldo comparativo, conforme CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa Contábil e Retificação de Erro.

15 Receita líquida

	2018	2017
Alugueis e venda de imóveis	63.630	65.860
PIS	(417)	(428)
COFINS	(1.923)	(1.976)
Total	61.290	63.456

16 Custos e despesas por natureza

	2018	2017
Pessoal	(740)	(167)
Impostos, taxas e contribuições	(152)	(1.308)
Serviços de pessoa física e jurídica	(857)	(706)
Despesas com imóveis	(174)	(871)
Despesas com aeronaves	(6.469)	(1.910)
Utilities e facilities	(72)	(14)
Outras despesas	(5.417)	(4)
	(13.881)	(4.980)
Custos dos serviços prestados	(1.813)	(1.698)
Despesas tributárias	(346)	(1.372)
Outras despesas operacionais, líquidas (i)	(11.722)	(1.910)
	(13.881)	(4.980)

- (i) Em 5 de novembro de 2018, a Dupar Participações S.A formalizou a venda totalitária de sua participação acionária na Sollis Soluções Integradas à Saúde S.A. pelo valor de R\$ 1,00 (um real), registrando despesas com perda na participação em R\$ 5.000.

As despesas com manutenção e suporte das duas aeronaves registradas pela Companhia totalizaram R\$ 6.469. A segunda aeronave foi adquirida em dezembro de 2017 e o uso ocorreu a partir de 2018, justificando o aumento desses gastos no exercício corrente.

17 Resultado financeiro

	2018	2017
Ajuste a valor de mercado dos Swaps	2.067	6.344
Variação cambial	-	10.173
Receita de aplicações financeiras	14	85
Outras receitas financeiras	671	1
Total da receita financeira	2.752	16.603
Juros provisionados de empréstimos e financiamentos	(3.042)	(3.951)
Ajuste a valor de mercado dos Swaps	(2.350)	(11.347)
Variação cambial	(3.955)	(8.734)
Outras despesas financeiras	(804)	(18)
Total das despesas financeiras	(10.151)	(24.050)
Total resultado financeiro	(7.399)	(7.447)

18 Imposto de renda e contribuição social

Demonstramos a seguir, a apuração do imposto de renda e da contribuição social, registrados no resultado do exercício, compreendendo as alíquotas nominais e efetivas:

	2018		2017	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Receita de Imóveis à Venda	3.000	3.000	-	-
Percentual de presunção	8%	12%	12%	12%
Presunção (a)	240	360	-	-
Receitas de alugueis	63.109	63.109	65.860	65.860
Percentual de presunção	32%	32%	32%	32%
Presunção (b)	20.195	20.195	21.075	21.075
Receitas financeiras (c)	2.752	2.752	2.031	2.031
Base de cálculo (a+b+c)	23.187	23.307	23.106	23.106
Alíquota nominal	15%	9%	15%	9%
Tributos apurados	3.478	2.098	3.466	2.080
Adicional (10%)	2.294	-	2.286	-
Total	5.772	2.098	5.752	2.080
Alíquota Efetiva	24,89%	9%	24,89%	9%

19 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os riscos econômicos financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, de taxas de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizadas pela Companhia. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da Diretoria.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma a reduzir esses riscos. Essa prática possui como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios. Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da Diretoria são:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

Gerenciamento de riscos

A Diretoria tem a responsabilidade global para o estabelecimento e a supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, principalmente, dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes recorrentes.

De forma geral, o direcionamento dos negócios é tratado em reuniões da Diretoria para tomadas de decisões. Há acompanhamento dos resultados e das adequações das estratégias estabelecidas, visando a manter os resultados esperados.

A companhia possui uma participação relevante de seus recebíveis imobiliários da parte relacionada Empreendimentos Pague Menos S.A. No entanto, classificamos como risco baixo, visto que é uma companhia sólida e com forte geração de caixa, comprovado pelo rating AA-(bra) concedido pela agência Fitch (dez/18), o qual considera a Empreendimentos Pague Menos S.A. uma empresa de grau de investimento com qualidade alta e baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa, eventualmente, encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade de caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia trabalha alinhando disponibilidade e geração de recursos de modo que cumpra suas obrigações nos prazos acordados.

As maturidades contratuais dos principais instrumentos financeiros passivos estão demonstradas a seguir:

Em 31 de dezembro de 2018	Valor Contábil	2019	2020	2021
Fornecedores	462	462	-	-
Empréstimos e financiamentos (Nota 13)	45.691	21.753	23.938	-
Dividendos a pagar	12.172	12.172	-	-
Contas a pagar a partes relacionadas	20.011	11.762	8.249	-

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e aumento nos preços das mercadorias, tenham impacto nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Administração entende que, no contexto da Companhia, todos os riscos de mercados, acima citados, estão mitigados e referem-se aos riscos relacionados às oscilações das taxas de juros e de câmbio.

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas por oscilações nas taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas e, em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de *swaps* para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia tem a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem. E, ainda, a Companhia adota a política de balancear suas transações atreladas a taxas de juros fixas e variáveis nos seus contratos de empréstimos, para que não haja exposição significativa a nenhuma das duas modalidades.

Instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

Classificação contábil e valores justos dos instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos

Os saldos contábeis e os valores de mercado dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão identificados a seguir:

	2018		2017	
	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor Justo
Ativo conforme o balanço patrimonial	-	-	-	-
Contas a receber	3.631	-	3.354	-
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado	-	-	-	-
Passivo conforme o balanço patrimonial	-	-	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	-	-
Fornecedores	462	-	1.121	-
Empréstimos e financiamentos, líquidos de swaps	45.691	45.691	77.569	75.053
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-
Swaps	-	-	2.350	2.350

Hierarquia do valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - *Inputs*, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo e suas respectivas hierarquias.

Descrição	31/12/2018		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens disponíveis para venda	-	-	3.450
Propriedades para investimento	-	-	733.819
Empréstimos e financiamentos, líquidos de swaps	-	43.341	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	2.350	-
	31/12/2017		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Bens disponíveis para venda	-	-	2.697
Propriedades para investimento	-	-	734.861
Empréstimos e financiamentos, líquidos de swaps	-	75.053	-
Instrumentos financeiros derivativos - saldo ativo swaps	-	2.350	-

Não houve transferências entre os níveis para os períodos apresentados.

Mensuração do valor justo

Abaixo detalham-se as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 2 e 3, assim como os inputs significativos não observáveis utilizados.

Empréstimos e financiamentos – mensurados ao custo amortizado

Essa categoria inclui empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI, e ainda àqueles que possuem taxas pré-fixadas. O valor justo foi determinado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa média de CDI futuro, correspondente a todos os empréstimos, vencíveis entre 2018 e 2020, apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Operações com derivativos (Swaps de moeda estrangeira) - mensurados pelo valor justo por meio do resultado

As operações com *swap* estão impactando o grupo de “Empréstimos e financiamentos” (vide Nota 14) com seus efeitos registrados nas receitas e despesas financeiras (vide Nota 18).

Com o objetivo de proteger suas obrigações indexadas ao dólar americano contra oscilações do câmbio foram realizadas operações de *swap* para converter as dívidas indexadas ao dólar para CDI.

20 Cobertura de seguros

Nossas principais apólices de seguros são de riscos nomeados e cobrem as aeronaves. Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais das aeronaves era R\$ 451.953 mil e R\$ 9.639 mil contra perda ou pagamento de aluguel.

Adicionalmente, todo contrato firmado entre a Companhia e seus locatários estabelece que a partir da data do contrato de locação, é mandatório o pagamento de seguro incêndio com apólice que contempla o valor de 100 (cem vezes) a remuneração mensal do aluguel, sendo contratada pela locadora.

21 Eventos subsequentes

Em 31 de Outubro de 2019 a Universo Pet II SCP converteu em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão, a totalidade das Debêntures de 1ª Emissão e 2ª Emissão da Companhia.

A Dupar Participações S.A., conforme 3ª Alteração do Contrato Social da Universo PET II SCP, detinha 41,18% da participação da SCP (APHAM).

A Universo Pet II SCP admitiu dois novos acionistas e como não houve aporte por parte da Dupar Participações S.A , a participação indireta na Universo PET II sofreu uma diluição. Em face desta participação, e considerando que o único ativo da SCP é, agora, ação ordinária da Universo Pet Comércio de Produtos e Serviços Veterinários S.A., a Companhia via este veículo, passou a deter de forma indireta 3,76% da Universo Pet S.A

* * *

Josué Ubiranilson Alves
Vice-Presidente

Marcos Ezequias Cavalcante Costa
Contador